O CONTROLE SOCIAL FORMAL SOB O ENFOQUE DE MICHEL FOUCAULT E GILLES DELEUZE: A POLÍCIA VISTA COMO UM MAL (DES)NECESSÁRIO

THE SOCIAL CONTROL FORMAL UNDER THE FOCUS OF MICHEL FOUCAULT AND GILLES DELEUZE: THE POLICE VIEW AS AN EVIL (DES)NECESSARY

Jorge da Silva Giulian¹

Sumário:

1. Resumo. **2.** Abstract. **3.** Introdução. **4.** A história dos aparelhos de controle sociais no mundo: A Polícia e o seu surgimento. **5.** Os aparelhos de controle sociais no cenário nacional. **6.** Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle e os Aparelhos de Controle Social: A Polícia no Brasil. **7.** Conclusão. **8.** Referencial bibliográfico.

1. Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a existência dos aparelhos de controle social, mais especificamente as Polícias Brasileiras, principalmente as Polícias Estaduais, se utilizando de um marco teórico de viés da criminologia crítica. E, a análise sendo através da sociedade disciplinar de Michel Foucault, trazendo também a lume a Biopolítica inserida dentro do Biopoder de Foucault, iniciando assim a progressão do controle individual, do corpo, do indivíduo, para o controle de uma população, de uma sociedade, até as considerações da sociedade de controle, propriamente dita, de Gilles Deleuze. A polícia ingressa nesse artigo em relação a sua função de instituição de criminalização secundária, mas com o uso repressivo em relação à população realizando a parte prática da sociedade de controle, transformando-se em um aparelho de controle social, que ao invés de servir a população, serve a interesses de determinados grupos sociais.

¹ Advogado e Coordenador e Professor do Curso de Direito da Unioeste- Campus de Foz do Iguaçu. Mestre em Direito pela UFSC e Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná

Palavras – chaves: Polícia, Aparelho de Controle Social, Repressão e Sociedade de Controle.

2. Abstract: This paper aims to demonstrate the existence of social control apparatus, specifically the Brazilian police, mainly the State Police Forces, using up to a theoretical bias of critical criminology. And, the analysis is by Michel Foucault's disciplinary society, and bringing to light the Biopolitics inserted into the Biopower for Foucault, thus initiating the progression of individual control, the body of the individual to control a population of a society until the considerations of the control society, itself, of Gilles Deleuze. Police joins in this article regarding your function criminalization secondary institution, but with the use of repression against the people doing the practical part of the society of control, turning into an apparatus of social control, that instead of serving population, serves the interests of certain social groups.

Key - words: Police, Apparatus Social Control, Repression and Control Society

3. Introdução:

O presente artigo jurídico tem por objetivo analisar a questão dos aparelhos de Controle Sociais, se utilizando os referenciais teóricos sobre a Sociedade Disciplinar de Michel Foucault e a Sociedade de Controle de Gilles Deleuze sob a ótica da Criminologia Crítica.

O marco teórico específico utilizado foi o da Criminologia Crítica, para abranger a análise dos aparelhos de controle social, tomando como base, os escritos do Professor Juarez Cirino dos Santos, da Criminóloga Vera Regina Pereira de Andrade, e do Professor *in memoriam* Alessandro Baratta. Também será analisada a questão histórica da formação policial no mundo e no Brasil, inclusive, trazendo a lume, o início de sua fundação no Brasil Colônia até os tempos atuais.

E, por fim, o presente trabalho procura oferecer uma noção do controle exercido na população pelas Polícias, principalmente por parte das Policiais Cíveis e Militares Estaduais, sob o viés da Criminologia Crítica, como aparelhos de controle social.

4. A história dos aparelhos de controle sociais no mundo e no Brasil: A Polícia e o seu surgimento:

A palavra polícia vem do grego “*politéia*” e do latim “*politia*”, que significa governo de uma cidade, forma de governo, denotando que no início ela se referia à organização da sociedade. Esta forma de dimensionamento da polícia na Antigüidade Clássica perdurou até meados do século XVIII e XIX, quando a designação polícia passou a representar somente um órgão de controle social do Estado.

Já na idade contemporânea, com ênfase após a revolução industrial, a Polícia serviu como instrumento dos grandes detentores de capital, a fim de subjugar e apaziguar a luta de classes teorizada por pensadores como Marx, Engels, entre outros. A exploração do homem pelo homem, dentro da concepção da mais valia marxista, explodia e confluía para associações sindicais e de trabalhadores rurais e urbanos (proletariado e campesinato), que culminava com greves por melhores condições de vida e salários.

A Polícia serviu como instrumento de controle social², através de ações repressivas, pondo-se contra o povo e a favor dos grandes industriais e banqueiros, utilizando-se de expedientes legais, mas imorais, como a manutenção da ordem pública, podendo espancar e matar trabalhadores, tudo isto com o aval do Estado.

Atualmente a Polícia continua servindo aos detentores do poderes econômico e político, mas de maneira mais sutil e fragmentada em departamentos e setores especializados³.

4.1. A instituição policial na Antigüidade e na Idade Média:

² A Polícia como aparelho do Estado segundo Nilson Borges Filho significa “*a polícia é uma parte do aparelho militar que o Estado especializa para exercer, em primeira linha, a repressão interior e para controlar pela força os conflitos que ameaçam a ordem pública. Naturalmente, nas sociedades bem policiadas, esta repressão se faz, particularmente, contra situações isoladas, contra infrações mais individuais que coletivas e ela é aplicada, de maneira mais ou menos indiferenciada, a todas as classes sociais. Entende-se aqui como sociedades bem policiadas, aquelas que detêm uma forte hegemonia ideológica, que permite a repressão às classes dominadas nos limites ditos civilizados.*”

⁶ ROCHA, Luiz Carlos. **Organização Policial Brasileira**. Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, policiais civis, policiais militares e guardas municipais. São Paulo: Saraiva, 1991.

O historiador Marcel Le Clère, em seu livro a história da Polícia⁴, afirma ter encontrado nas leis dos egípcios e dos hebreus funções de Polícia, tendo os hebreus instituído em cada tribo intendentess de polícia que se chamavam “*spar palek*”, que faziam o policiamento dos súditos e dos mantimentos, tendo a cidade de Jerusalém sido dividida em quatro quarteirões ou setores a fim de facilitar as suas missões.

Além disso, os egípcios também contribuíram para o sistema policial; o faraó Menés era um grande administrador. Ele promulgou códigos, instituiu o recenseamento e também a pena de morte para os que vivessem de comércio ilícito. Já entre os gregos, a Polícia se mesclava com todas as outras instituições das cidades-estados, os quais achavam eles que a lei somente seria justa se trouxesse prosperidade.

Porém, a Polícia somente veio a ter um marco incipiente de organização na cidade de Roma ao tempo do Imperador Augusto nos anos de 63 a.C. a 14 a.C. O primeiro corpo de homens minimamente organizados como Polícia, surgiu na antiga Roma, onde foram retiradas centúrias de homens do Exército Romano, chefiada por um centurião, que teriam a missão de patrulhamento e seriam subordinadas ao edil⁵ da cidade. Sua estrutura como, não poderia deixar de ser, haja vista ter saído das fileiras do Exército Romano, era militarizada; ou seja, o primeiro corpo de Polícia organizado, que se tem registro na história do mundo, era municipal e militarizado.

Quando findou o império romano, as incipientes organizações policiais também sucumbiram. Com o surgimento do feudalismo na Inglaterra havia um sistema de arregimentação de homens, pois eram reunidos 100 homens sob as ordens de um “*hundred-man*” ou dez homens sob as ordens de um “*tenthing-man*”, mas era de forma precária e não organizada. Houve algum esboço através dos padres católicos que escolhiam um paroquiano e nomeavam-no como oficial de paz que tinha como missão manter a ordem e a segurança nas paróquias.

4.2. A instituição policial na Idade Moderna:

Na Idade Moderna, a França foi onde se teve início uma precária organização policial, pois havia elementos responsáveis pela manutenção da ordem, que se chamavam “*bailios*”,

⁴ LE CLÈRE, Marcel. **Historie de La Police**. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

⁵ Edil era um antigo magistrado romano, que se incumbia da fiscalização e conservação do prédios públicos.

“senecais” e “prebostes” com homens à sua disposição, a fim de manutê-los a ordem. Contudo, também esta forma de organização policial não teve êxito, pois não era organizada, e a sociedade francesa e européia, à época, era rudimentar e havia muitos privilégios que só foram terminados com a Revolução Francesa. A Polícia como órgão de controle social e popular, somente foi organizada novamente na era Napoleônica.

Napoleão Bonaparte, além de ser um gênio na arte da guerra, era um excelente administrador; e, com as suas conquistas, difundiu um sistema policial conhecido como “*gens d’armes*”⁶ por quase todos os países da Europa, fazendo com que se criasse um tipo de escola Policial, que atualmente é conhecida como Escola de Polícia latina⁷.

No mundo inteiro a Polícia se faz presente em todas as nações, sejam elas de regimes democráticos ou ditatoriais; e, normalmente, elas se dividem em dois tipos de Escolas de Polícia: a Escola Anglo-Saxônica⁸ e a Escola Latina.

Consoante o professor de Direito Penal e Criminologia da Universidade de Los Andes na Venezuela, Luis Gerardo Gabaldón:

“En la medida en que la policía deviene una organización estable dentro del Estado, con atribución de competencia y potestades legales dentro del esquema de un poder reglamentado, ella misma procura perpetuarse y afirmarse en el entorno social. Con los principios de la división del trabajo y de la especialización, existe un núcleo de funciones y poderes definido. Dicha definición puede provenir de estatutos, como se observa en los países de tradición continental europea, incluyendo los latinoamericanos, o puede provenir de los tribunales, como sucede dentro de la tradición anglosajona, donde poderes y validez de la acción policial se fijan de forma dinámica a través de la casuística judicial

⁶ ALVES, Armando Carlos. Forças de segurança e Corpos Militares de Polícia. Revista da Guarda Nacional Republicana de Portugal. “Pela lei e pela grei”. **Revista Unidade**, Porto Alegre, n. 28, p. 05-09, [1999].

⁷ Escola de formação policial militar ou militarizada, oriunda da França napoleônica, difundiu-se principalmente nos países que tiveram administrações governamentais centralizadas, muitos países ainda tem polícias com este tipo de formação, especialmente os que tem em sua língua a origem do latim, é o caso do Brasil.

⁸ A Escola de polícia anglo-saxônica é oriunda da Inglaterra, que esquematizou o seu órgão de controle social em sua estrutura interna de forma diferente, pois o seu gerenciamento e divisão vêm de baixo para cima, ou seja, são fracionadas as polícias a nível municipal e não são militares, sendo eminentemente civis, no máximo militarizadas, bem ao contrário da Escola Latina, que além das polícias terem sua formação militar ou militarizada, são unitárias e seus comandos são Estaduais ou Federais.

(....).....Es así como, en los países latinoamericanos, el surgimiento de cuerpos policiales, por lo general altamente centralizados y jerarquizados, está precedido de actos legislativos o reglamentarios de creación; por el contrario, en el medio anglosajón la policía se ha desarrollado básicamente en la localidad, sin estatutos específicos de creación u organización.”⁹.

4.3. O início dos Aparelhos de Controle Sociais na Idade Contemporânea:

A Escola Latina, com suas Gendarmarias de características militares ou paramilitares, se formou principalmente em Estados de forma unitária (democráticos ou não), principalmente a partir da dominação Napoleônica na Europa. Esta concepção Policial se iniciou há aproximadamente oito séculos na França, com a designação de “*maréchaussées de france*”, força militar que exercia as funções de Polícia naquele país, além de fazer às vezes de Poder Judiciário, pois os marechais (comandantes das forças) desta milícia castrense, faziam os papéis de juízes, confundindo-se a função de dizer o Direito com a de executar o Direito.

A Revolução Francesa com a proclamação dos direitos do homem e do cidadão, aboliu os privilégios e separou de maneira explícita a função policial da função judicial através da lei de 03 de brumário.

Os membros da Revolução Francesa, inclusive, foram pioneiros na divisão dicotômica entre Polícia Militar (Polícia Administrativa e Preventiva) e Polícia Civil (Polícia Judiciária e Repressiva), hoje existentes no Brasil, conforme se configurava nos artigos 18 à 20 do antigo Código de Brumário da França revolucionária:

“a propósito da doutrina João Mendes Júnior antigo ministro do Supremo Tribunal Federal, com meridiana clareza afirma que a missão policial definida pela Assembléia Nacional Francesa de 1791, se constituía em a Polícia Judiciária investigaria os delitos que a Polícia Administrativa não conseguisse evita-los”¹⁰.

⁹ GABALDÓN Luis Geraldo. Determinantes de la intervención policial proactiva: un análisis en el medio norteamericano. **Revista Cenipec**, n. 15, p. 39-62, 1993 – 1994.

¹⁰ QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi, MACHADO, Carlos Castro. A Nova Polícia. **Revista A Força Policial**, São Paulo, n.10, p.48, abr./Jun. 1996.

Entretanto, somente em 1791, a “*maréchaussées*” passou a ser oficialmente conhecida por “*Gendarmerie Nationale*”¹¹, até hoje existente na França. Na Bélgica, a *Gendarmerie Belga* é uma herdeira das instituições levantadas em 1795, quando as forças revolucionárias francesas ocuparam o país. Mas, a partir de 1991 mudou de Estatuto, passando a ser considerada um corpo civil de polícia. A Gendarmeria Belga foi transformada em um corpo civil de polícia devido às várias autoridades do Estado Belga reclamarem da brutalidade empregada pela Gendarmeria contra a população, pois havia um militarismo exarcebado no referido aparelho de controle social¹².

A *Gendarmerie Grand-Ducale*, em Luxemburgo, tem raízes muito antigas, podendo ser igualmente apontada como herdeira da Gendarmeria Francesa instituída em 1795 pelos ocupantes franceses. Já o Estado suíço tem a *Gendarmerie Cantonale* que foi instituída em 1799 no cantão de Genebra e em 1803 no cantão de Vaud, além de haver a Guarda Suíça que faz a segurança do Estado do Vaticano, que apesar de não ser propriamente dita uma Polícia, funciona a sua semelhança e com organização militar.

Portugal também possui as Polícias nos moldes das Gendarmerias: a Guarda Real de Polícia criada em 1801; a Guarda Municipal, em 1834; a Guarda Republicana, em 1910; e, finalmente, a Guarda Nacional Republicana em 1911. É interessante observar, que estas mudanças de nomes não passaram de mudanças políticas, pois a sua estrutura sempre foi à mesma.

Existe ainda a Polícia de Segurança Pública, que também é de caráter militar, sendo a Guarda Nacional Republicana um corpo policial militar, e a Polícia de Segurança Pública mais um corpo policial paramilitar¹³. Como as funções das duas são idênticas, realizando o ciclo completo de polícia, do Policiamento Ostensivo até a Investigação, o que aparece é o critério da territorialidade, segundo o qual a Polícia de Segurança Pública atua nas cidades com mais de 20 mil habitantes e a Guarda Nacional Republicana na área rural, nos pequenos povoados e nos postos de fronteira. E, por fim, a Polícia de Segurança Pública subordina-se ao Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana subordina-se ao Ministério da Defesa¹⁴.

¹¹ op.cit., p.08.

¹² BOCKLET, Richard. Gendarmeria Belga. **Revista A Força Policial**, São Paulo, n.02., abr./jun. 1994.

¹³ Disponível em: <http://www.esp.pt>.

¹⁴ op.cit., p.08.

No Estado Italiano, existem os famosos “*carabinieri*”, sendo estes herdeiros da Gendarmeria criada em 1804 em Milão pelo imperador Napoleão. Foram instituídos como tal em 1814, na cidade de Piemonte; e em, 1861, com a unificação italiana, passaram a ser a primeira arma do Exército Nacional. A Gendarmeria Grega¹⁵, fundada entre 1821 e 1906, era nacional, sendo que, também existia uma Polícia Municipal em nível local; porém, em 1920 foi criado um sistema dualista com a criação da Polícia Urbana. Não obstante, em 1984, os gregos adotaram o sistema monista de polícia geral, unificando a Polícia Urbana com a Gendarmeria Grega e fundando a Polícia Helenística, subordinada ao Ministério da Defesa.

A Holanda é um país considerado como um dos mais liberais nas relações Estado-Povo, mas continua a ter uma Gendarmeria, que realiza alguns tipos de serviços Policiais. Esta Gendarmeria apareceu nos Países Baixos no século XIX, com o nome de Koninklijke marechaussee (maréchaussée real). A Guarda Civil Espanhola, somente teve a sua forma em 1844 durante o reinado de Isabel II na Espanha, quando o marechal espanhol Francisco Girón, propôs ao Governo a criação de uma força de infantaria e de cavalaria para servir como força de manutenção da ordem pública. A Guarda Civil Espanhola, tal como outras instituições, se serviram sempre aos poderes constituídos. Durante a Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939), as cidades as quais estavam sediadas a Guarda Civil não se sublevaram.

Diante disso, com a vitória do general Franco, o novo Governo tentou extinguir a Guarda Civil Espanhola, mas os novos governantes mantiveram-na, tendo se utilizado dela várias vezes, como força de manutenção da ordem pública. Atualmente, a Guarda Civil Espanhola juntamente com o Corpo Nacional de Polícia compõem o Sistema de Segurança Pública da Espanha¹⁶.

A Gendarmeria Austríaca nasceu imperial em 1849 e foi substituída por um Corpo Civil de Polícia em 1918 e reestabelecida em 1945. Já na Romênia, a gendarmeria foi instituída em 1893. Na França, berço deste tipo de Polícia, A “*gendamerie nationale*” e a Polícia Francesa são as Polícias que compõem a Segurança Pública Francesa, sendo a primeira responsável pelas cidades menores da França e a segunda pelas cidades maiores, incluindo a sua capital que é Paris.

Para a América Latina é claro, também foi importado este tipo de Escola Policial, a semelhança das Gendarmerias. Na Argentina também se aproxima do sistema Policial Francês,

¹⁵ op.cit.,p.08.

¹⁶ QUICIOS, José Duque. A Guarda Civil Espanhola. **Revista A Força Policial**, São Paulo, n.20., out./dez 1998.

possuindo, inclusive, três polícias; a Polícia Federal (responsável pela província de Buenos Aires), as “*polícias provinciales*” (polícias das províncias, como se fosse fusionado as Polícias Cíveis e Militares nos Estados) e a Gendarmeria Argentina (nos moldes das européias) responsável pelo Policiamento de fronteira, todas ligadas por um vínculo comum, a formação militar ou eminentemente militarizada. Há também a Guarda Civil no Peru (nos moldes da Guarda Civil Espanhola), os Carabineiros no Chile e a Polícia Nacional da Bolívia¹⁷.

Na Inglaterra a sua formação seguiu um doutrinador chamado Sir Robert Peel, ao qual fez determinados princípios a serem seguidos pela polícia londrina em 1829. Sir Peel foi um dos precursores da Polícia moderna na Inglaterra, pois preconizava sempre como princípio que a polícia deve ser estável, eficaz e organizada militarmente, sob o controle do governo.¹⁸

Como exemplos desta escola podem citar a Inglaterra, com a Polícia Londrina, com jurisdição na capital inglesa e a famosa “*Scotland Yard*”, que é a sua Polícia de Investigação, que mais recentemente, após algumas mudanças de ordem estrutural, passou a se chamar de “*New Scotland Yard*”.

Devemos também analisar a Polícia Norte-Americana, devido a sua formação e abrangência serem “*sui generis*”, pois conta com aproximadamente mais de 40.000 mil agências policiais, sendo elas municipais, de condado, estaduais ou federais¹⁹.

Mas, apesar de toda a diversidade existente neste sistema policial anglo-saxão, a sua formação tem aspectos militares, tendo como exemplo, os integrantes da “*Metropolitan Police*” na Inglaterra, quando em curso, conforme relatório da visita de estudos do Curso Superior de Polícia Militar do Rio de Janeiro de 1993, são treinados no “*Peel Center*” onde seus frequentadores se deslocam marchando como soldados todos os dias para o treinamento.

Existem ainda o Canadá com a RCPM (Royal Canadian Police Mountian), a histórica Polícia Montada Real do Canadá, sendo um corpo civil de polícia, com estrutura militarizada, tendo jurisdição em todo o país. Também existem algumas Polícias Municipais e de província como a de Quebec e a de Ontário²⁰.

¹⁷ CAMARGO, Carlos Alberto de. Estética Militar e Instituições Policiais. **Revista A Força Policial**, São Paulo, n.15, jul./dez.1997.

¹⁸ RAYMOND, E. Clift. **Como Razona la Policia Moderna**. México, DF: Editorial Letras, 1964. p.30

¹⁹ ASKOUL, Marco Antônio. **A Polícia e sua função constitucional**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

Ademais todas as estruturas internas das Polícias destes países são militarizadas ou paramilitares, até mesmo as Polícias de cunho Anglo-Saxão, se afirmam como corpos civis de Polícia, mas sua formação escolar e seu relacionamento “*interna corporis*” é militarizado²¹.

Aparentemente, denota-se que não existem polícias de formação civil na maioria dos países; mas sim, polícias de formação militares ou militarizadas. Denotando a grande preocupação em manter os aparelhos de controle sociais rigidamente vinculados à obediência e condução absoluta do governo, pois é mais fácil controlar policiais militares ou militarizados aptos a obedecerem ordens sem questionar o porquê de tal determinação, do que ter policiais civis treinados e profissionalizados, os quais dificilmente se deixariam manipular pelo poder dominante.

5. Os aparelhos de controle sociais no cenário nacional:

Os aparelhos de controle social no Brasil, mais especificamente a Polícia, foram originados no Brasil, possivelmente em 1808 de forma organizada, momento em que a família real Portuguesa montou a corte na cidade do Rio de Janeiro, eis que se originaram os aparelhos de controle sociais no Brasil.

Antes da chegada de D. João VI ao Brasil, na época da colônia, houve tentativas de criação de incipientes forças Policiais, ao tempo de Estácio de Sá, quando o mesmo fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (01 de março de 1565), e se fez um tipo de Polícia rudimentar a fim de assegurar a oligarquia que começava a chefiar o nosso país. Em 1626, o ouvidor geral de São Sebastião do Rio de Janeiro, reconheceu a necessidade e criou os “*quadrilheiros*” a fim de Policiarem a cidade.

Existiam também, os capitães-mores de estradas e assaltos, que também eram conhecidos como capitães do mato, que auxiliavam no policiamento e na captura dos escravos fugitivos à época antes da abolição da escravatura. Essas pessoas, apesar de imbuídas pela autoridade do governo da colônia, agiam de forma arbitrária e abusiva, usando técnicas

²¹ CRETELLA JÚNIOR, José (Org). **Direito Administrativo da Ordem Pública**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

rudimentares a fim de se impor como órgão de controle social, sendo que, nos primórdios, a Polícia existia principalmente para caçar escravos e controlar a população de baixa renda²²

Quando da chegada da família real do Brasil, fugindo de Napoleão Bonaparte, ocorrido em novembro de 1807, foram baixadas todas as instruções observadas na coroa em Lisboa, criando-se então, o cargo de Intendente Geral de Polícia da Corte, englobando os poderes de Polícia e de Magistratura.

No dia 13 de maio de 1809, com a transferência da família real portuguesa, D. João VI cria a “*Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro*”²³, sendo a célula embrionária da Polícia Militar do Rio de Janeiro, iniciando a história das Polícias Militares do Brasil.²⁴”

As finalidades das Polícias Militares era agir como força de defesa Estadual (semelhante às missões atribuídas às forças armadas), atuando em guerras (Guerra do Paraguai) ou revoltas e revoluções (Contestado, Revolução de 1930, 1932, a intentona comunista em 1935, etc...), tendo como missão principal a não subversão dos regimes e poderes constituídos. As forças públicas faziam o policiamento ostensivo nas áreas urbanas e rurais, porém de forma concorrente com outras polícias, mas pelo Decreto-Lei nº200, de 25 de Fevereiro de 1967, foram incumbidas com o policiamento ostensivo nas áreas rurais e urbanas. As guardas civis municipais se fundiram com as Policias Militares, como por exemplo, a fusão da Força Pública de São Paulo com a Guarda Civil da cidade de São Paulo, formando a Polícia Militar de São Paulo. Nas capitais onde haviam guardas civis o processo de fusão foi idêntico. Atualmente, o objetivo constitucional da Polícia Militar é a preservação e a manutenção da ordem pública e o policiamento ostensivo dentro do território brasileiro, sendo sua estrutura regulada pelo decreto-lei n.º 2010 de 12 de Janeiro de 1983, que alterou o decreto-lei n.º 667 de 02 de Julho de 1969, que dispõe sobre as constituições dos corpos milicianos fardados, que giram em torno de 369.000²⁵ homens nos 27 Estados da República.

²² HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

²³ POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Legislação federal atinente as Polícias Militares**. Florianópolis: Editora do Comando Geral, 1989.

²⁴ TERRA, Nelson Freire. A Segurança Pública e o Direito Constitucional Brasileiro. **Revista A Força Policial**, São Paulo, out./dez. 1994.

²⁵ Estudo elaborado pelo Ministério da Justiça do Brasil em 1999. Disponível em <http://www.mj.gov.br>.

Já a Polícia Civil também teve a quando da vinda da família real Portuguesa para o Brasil, mas a organização da mesma somente foi acontecer após a Independência do Brasil, o Código Penal de 1832 estabeleceu a Organização Judiciária Policial, fazendo a divisão territorial do país em distritos, termos e comarcas. Em cada distrito havia um juiz de paz eleito pelo povo, além de escrivão, inspetores de quarteirões e oficiais de justiça, sendo estes nomeados pela câmara municipal²⁶.

Contudo, teve efetivamente sua origem na época do segundo império brasileiro (do infante Dom Pedro II), sendo que foi promulgada a Lei n.º 261, de 03 de Dezembro de 1841, que apresentava uma organização policial, criando em cada província um chefe de polícia, com seus delegados e subdelegados, dentre cidadãos²⁷. Atualmente, cada Estado do Brasil há uma Polícia Civil estadual, tendo como definição de sua meta constitucional a apuração das infrações penais e sua autoria, consubstanciado no art. 144, § 4º, da Constituição Federal de 1988. Assim a missão da Polícia Civil é a apuração das infrações penais e sua autoria, agindo especialmente na investigação criminal, tendo como característica ser eminentemente repressiva.

6. Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle e os Aparelhos de Controle Social: A Polícia no Brasil:

O tópico do controle social é muito discutido no âmbito da Criminologia e na Sociologia Jurídica, informando que o referido controle da sociedade passa necessariamente por um doutrina, ou manifestação orquestrada de atores dentro do cenário político da sociedade.

Vários são os autores que tratam a respeito do tema, entendendo ser o filósofo Michel Foucault o que mais contribuiu de forma inicial para a compreensão do controle social formal e informal produzido nas sociedades. Ele retrata e conceitua a sociedade disciplinar, bem como o Biopoder para realizar o controle efetivo da população a ser encaminhada, esta massa, como agentes de perpetuação do sistema vigente.

²⁶ op.cit., p.15.

²⁷ op.cit., 17.

Foucault, em suas várias obras, mas principalmente, no seu livro *Vigiar e Punir*, retrata a questão da sociedade disciplinar, tomando como base o controle através de 03 requisitos básicos, como a vigilância hierarquizada, a sanção normalizadora e o exame²⁸.

A vigilância hierarquizada é retratada nas fábricas, nos quartéis, nas escolas e também nos hospitais e sanatórios de doentes mentais, como um controle através de pessoas que hierarquicamente são sobrepostas a outras, fazendo a vigilância das outras hierarquicamente inferiores, sendo nos quartéis os Oficiais com os Praças, nas Escolas, os Professores e Bedéis com os alunos e até mesmo com professores, nos Hospitais e Sanatórios, os Médicos e Enfermeiros em relação aos doentes, e por fim, as fábricas com os gerentes e supervisores a impedir qualquer fuga ao controle rígido da produção, através da vigilância diuturna uns sobre os outros²⁹, e até mesmo, os que controlam são controlados, pois sempre haverá um General acima do Coronel, bem como, um Diretor e Secretário acima do Médico e Enfermeiro Responsável, ou um Diretor acima do Gerente na Fábrica, ou mesmo um Delegado de Polícia acima do Investigador.

Também pesquisou nesta seara, o Sociólogo Erving Goffman, em seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, retratando a questão da instituição total, local onde é isolado um ser humano da sociedade e a partir daí é retratado, como um corpo dócil foucaultiano, inclusive através da vigilância hierarquizada já retratada³⁰

Sob este prisma e analisando o viés do controle formal institucionalizado, a Polícia no Brasil, tem em seus aparelhos de controle social, em sua estrutura funcional os quartéis, e principalmente as Escolas de formação, seja na Polícia Militar, que forma em Escolas e

²⁸ O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. pág. 164)

²⁹ O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho inteiro que produz poder e distribui aos indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, **pois está em toda a parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar**; (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. pág. 170).

³⁰ Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 11)

Academias Militares, onde é realizada a formação policial para os agentes de segurança pública que irão realizar o policiamento civil, entenda-se o controle da população, se enquadrando perfeitamente na vigilância hierarquizadas, com suas insígnias e derivativos militares, entre Oficiais e Praças.

Além disso, mesmo nas Polícias ditas civis no Brasil, mais especificamente a Polícia Civil e a Polícia Federal, também existem as Academias Policiais, e mesmo não tendo a formação Militar, elas são militarizadas, pois se utilizam do controle foucaultiano e do internato de Goffman, tentando o máximo possível realizar a homogeneidade dos membros do corpo policial que irão trabalhar junto a população, inclusive com a vigilância da classe superior, os Delegados de Polícias, contra os subalternos, os Investigadores, Comissários, Agentes, Escrivães.

Já no que tange, as sanções normalizadoras, Foucault nos informa que é necessário a disciplina dos corpos dóceis, algo que inspire temor, que instituída por um regulamento ou norma interna administrativa, faz com que os castigos disciplinares sejam infligidos aos membros do grupo e que estes não se desviem do objetivo da homogeneidade³¹.

Tais regulamentos existem em toda a sua extensão, em todas as Academias Militares ou Academias Policiais, de ordem Civil, em nosso país, quando o Aluno, também chamado instruendo, ou o derivativo correlato da força de controle social formal o determinar, reage fora da homogeneidade, o sistema educacional policial, o transforma em um desvio comportamental, punido com um corretivo, v.g., a perda da folga do final de semana para o lazer³²

A título de exemplo, trazemos a lume a militarização dentro das Escola de Polícia Federal, instituição civil, que na maioria das vezes foi chefiada por Generais ou Coronéis do Exército Brasileiro, e que tem como Hino da Polícia Federal, algo totalmente absurdo e militarizado:

*HINO DA POLÍCIA FEDERAL*³³

³¹ O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve portanto ser essencialmente corretivo. (FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. pág. 173)

³² Nas Academias de Polícia Militar é chamado de LC (Licenciamento Cassado), e o cadete ou aluno Oficial, Sargento ou mesmo Aluno Soldado, perde o direito de seu lazer e sua folga, não podendo inclusive, ir visitar os seus familiares, ficando preso administrativamente dentro da Escola Policial Militar. O seu direito de ir e vir é cerceado, fazendo com que na próxima vez de haver outra oportunidade do desvio comportamental, ser inclinado a não realizá-lo.

³³ Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/36845577/Manual-Sobre-a-Academia-Nacional-de-Policia-ANP>

*ORGULHOSOS DE SER FEDERAIS POLICIAIS DESSE IMENSO BRASIL;
DEFENDENDO OS PRINCÍPIOS LEGAIS;
INTEGRAMOS SUA VIDA CIVIL;
SOMOS FORTES NA LINHA AVANÇADA;
SEM DA LUTA OS EMBATES TEMER;
QUE A CHAMADA DA PÁTRIA INSULTADA;
SABEREMOS CUMPRIR COM O DEVER;
NOSSO LEMA É SERVIR BEM SERVIDO;
PRESERVANDO O DIREITO E A ORDEM;
ESTE POVO FELIZ E AGUERRIDO;
QUE ABJURA COM HORROR A DESORDEM;
DEFENDENDO OS DIREITOS HUMANOS;
PELA ORDEM EM ETERNA VIGÍLIA;
CONTRA OS MAUS DIA E NOITE LUTAMOS;
RESGUARDANDO A SAGRADA FAMÍLIA.*

Analisando os versos do Hino, verificamos que “*somos fortes na linha avançada*”, somente tropas de infantaria de Exército participam de linhas avançadas ou retaguarda, “*que a chamada da Pátria Insultada*”; isso são hinos militares em caso de guerra externa, e por ai diante temos algo tipicamente militar, em uma instituição, que em tese, deve se restringir a realizar a *investigação judiciária federal* e alguns crimes específicos, preceituados no art. 144 da Constituição Federal de 1988³⁴.

³⁴ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações

Também devemos analisar a rotina pré-estabelecida dos Cadetes da Academia de Polícia Militar de Barro Branco³⁵, Academia Militar que forma os Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo composta por quase 100 mil homens, os quais serão responsáveis por todo o policiamento ostensivo civil do Estado de São Paulo, ao qual mais parece a rotina de Cadetes do Exército, e que também nada deve a filosofia de Michel Foucault, *in verbis*:

O cadete possui uma rotina acadêmica extremamente regrada, na qual através de rígidos regulamentos internos tem sua vida disciplinada desde a alvorada até o anoitecer. Essa rotina disciplinadora a qual o cadete deve obediência por toda a sua carreira militar irá se refletir no comportamento futuro do mesmo, um comportamento este disciplinado e disciplinador. Desde cedo, nos alojamentos, aos cadetes é dada a alvorada, às 06h00min com o toque de corneta, acordando a todos e dando as boas vindas a mais um dia de trabalho. Às segundas, terças e quintas-feiras a escola realiza o desfile matinal e apresentação da tropa ao comandante da APMBB, sempre às 07h10min, sendo então entoados de forma uníssona hinos e canções militares, objetivando despertar o espírito militar dos nobres cadetes. Às quartas-feiras são realizados treinos de Ordem Unida, desde às 07h00, a fim de que os cadetes possam exercer de maneira correta e conjunta as manobras a serem feitas em solenidades as quais os próprios cadetes, num futuro próximo, irão comandar. Às sextas-feiras também às 07h00 ocorre a solenidade da semana, onde cadetes comandam os dispositivos acadêmicos e marcham perfilados diante de todo o comando acadêmico. Além disso, é aberto o espaço para a divulgação de pesquisas por meio de discursos de cadetes diante de

cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

³⁵ Disponível em <http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/apmbb/index.asp?Tela=rotinas>

todo o corpo acadêmico, tendo como finalidade também abrir espaço para que o cadete pratique sua oratória, a qual será utilizada pelo mesmo diante de sua tropa na posterioridade do período de formação. Após o início do período matinal nos dias úteis, a rotina acadêmica torna-se semelhante durante os demais períodos. Às 07h40min dá-se início as aulas que são de 1h25min cada, com 15 minutos de intervalo entre cada uma delas. Às 12h25min termina o terceiro módulo de aula e começa o período de almoço. Em seguida, às 13h45min faz-se uma nova revista em âmbito de Companhias, na qual são passadas as outras instruções do dia, bem como quaisquer novidades, ordens e/ou mensagens que forem de relevada importância para divulgação. Logo após o término da revista, às 14h00, os cadetes deslocam-se para as salas de aula para que seja dado início ao quarto módulo de aula, a ser realizado entre às 14h15min até às 15h40min, dando assim fim ao período de estudos e iniciando-se o período de atividades físicas e atividades em conjunto com os Grêmios Acadêmicos. Às 17h15min normalmente o efetivo é liberado para que os cadetes possam finalizar seus afazeres e repousar, sendo das 18h00 até às 19h30min o refeitório aberto novamente para que seja feita a refeição noturna. Porém, salientamos que apenas aqueles que são externos podem retornar para suas respectivas casas, pois os que vivem sob o regime do internato devem ainda obedecer um horário de estudos noturnos a partir das 19h30min, terminando este às 21h00. Por fim, às 21h05min é feita uma última revista para conferir se todo o efetivo de internos está presente no quartel e às 22h00 é dado o toque de silêncio em todo o âmbito acadêmico.

Em suma, os aparelhos de controle social brasileiros, sendo eles autodenominados civis ou militares, agem de forma semelhante, em razão de sua formação institucional semelhante, trazendo um homogeneidade padrão e sem sentido, para realizar ações que trariam, em tese, a tranqüilidade pública para a sociedade.

Por estes motivos, é que os mesmos constantemente se voltam contra a classe mais perigosa, entendida sob um prisma econômico, a classe mais rotulada e estigmatizada como criminosa, em nosso país, agindo de forma truculenta com as populações que vivem em maior grau de miserabilidade e falta de urbanismo, como no caso das favelas.

O “Caveirão”³⁶ nunca será utilizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que esteja acontecendo algum tipo de crime, haja vista, que a população naquela área urbana, na consciência e no sistema policial dos seus integrantes, não são o foco dos aparelhos de controle social institucionalizados, pois eles estão dentro do sistema e não marginalizados em razão de sua situação econômica.

E, por fim, o sistema de registro de Michel Foucault, os quais seriam documentos que fazem a junção da vigilância hierarquizada e da sanção normalizadora, o qual permitiria qualificar, classificar e punir, os integrantes, e no caso do presente artigo, os integrantes dos aparelhos de controle social institucionalizado formal³⁷.

Os exames realizados para ingressar nos aparelhos de controle social institucionalizados, no Brasil, são através de provas públicas, as quais exigem determinados requisitos, de ordem escolar (2º grau, Ensino Superior ou mais especificamente Bacharelado em Direito), de ordem moral (não possuir ações penais ou inquéritos policiais, ou mesmo antecedentes criminais) e de ordem física (idade e condicionamento físico).

Todos estes exames já retratam o tipo de indivíduo homogêneo que é necessário para integrar as forças policiais, a qual ele deve ser mediamente inteligente (trazendo com isso, a classe média baixa e os filhos da classe trabalhadora de nível técnico), além de um nível de perfeição física para que se possibilite ao Estado ou a União agir sobre o seu corpo para retratar o ideal de um indivíduo fisicamente capaz de evitar que os marginalizados da sociedade, resolvam se voltar contra o próprio Estado e Governo, e a elite que a compõe e manipula.

E, por fim, o exame também serve para normalizar pessoas que não tenham já sido previamente rotuladas como “*criminosos*”; não interessando a conduta rotulada, seja uma contravenção penal de sossego alheio, ou um estelionato por emitir cheque sem provisão de fundos, ou seja, necessita de um indivíduo ainda não rotulado e estigmatizado pelo sistema penal. E, que com isso, normalmente a normalização ocorre com pessoas de pouca idade e tradicionalmente mais propensas a aceitarem o “*cabedal*” de conhecimentos previamente dado pelas instituições totais.

³⁶ Veículo blindado usado pelos Policiais Militares integrantes do BOPE-RJ (Batalhão de Operações Especiais do Rio de Janeiro).

³⁷ O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. (FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. pág. 177)

É de se ressaltar que isso vai de encontro com as próprias leis criadas pelo membros do Estado, pois a regra constitucional da presunção de inocência, não permitiria tal desiderato, porém, ocorre que se isso vigorar, irá prejudicar a normalização do grupo de policiais que irão atender a população.

Michel Foucault também trabalha a questão do Biopoder, que já age mais no corpo dócil e individual, mas age no coletivo, em razão do grupo, trazendo como forma de Biopoder, o que Foucault chama de Biopolítica³⁸, e essa forma de controle é utilizada nos aparelhos de controle social da criminalização secundária, ou seja, nos quadros que formam as Polícias que posteriormente irão realizar o controle na sociedade.

Já o filósofo contemporâneo de Foucault, Gilles Deleuze, vai mais longe, em parte de seu livro chamado "Conversações", no capítulo chamado *post-scriptum*, retrata o fenômeno não da Sociedade Disciplinar, mas agora da Sociedade de Controle³⁹.

Deleuze destaca que nesta sociedade de controle não existe o fim, como na sociedade disciplinar, e o homem não é mais tratado como um corpo a ser domesticado, mas sim, o indivíduo se transforma em uma senha ou um número.

As Polícias no Brasil se utilizam das senhas e dos números das pessoas, principalmente com a globalização, a internet e o acesso a quase toda a população do computador, transformando o controle individual a uma tarjeta.

O sistema INFOSEG⁴⁰ utilizado pelos aparelhos de controle social controla a população diuturnamente, seja nos aeroportos e rodoviárias, pois todos são pesquisados antes de embarcar, seja nas delegacias ou quartéis, que quando você apresenta a sua identidade também é pesquisado junto a esse sistema, e inclusive, cada Policial tem uma senha individual a esse

³⁸ Forma de normalização do biopoder que age sobre as populações, no sentido de fazê-la adequar-se a uma norma, ao lado do poder disciplinar, que objetiva atingir os corpos dos indivíduos.

³⁹ Sociedade de Controle: é o novo tipo de sociedade, quando as sociedades disciplinares entram em crise, a primeira se baseando no confinamento, a segunda no controle através de números e senhas, sendo que, na sociedade de controle, diferentemente da sociedade disciplinar ao qual não para de recomeçar, nunca há o fim. Exemplo: Sociedade disciplinar – da Família – Escola – Serviço Militar – Fábrica e assim por diante, na sociedade de controle tudo isto é permanente, nunca finda. Nesta sociedade o que importa não é mais a produção, mas sim, o produto. O sistema capitalista comprava a matéria prima e vendia o produto acabado, agora ele vende serviços e compra ações.

⁴⁰ INFOSEG: Sistema de banco de dados pessoais utilizado pela Polícia Federal Brasileira e pelas Polícias Militares e Civis, dos 26 Estados da Federação mais o Distrito Federal, ao qual está demonstrado os seus antecedentes criminais, se existe condenação, se há mandados de prisão em aberto, mesmo que seja em relação a pensão alimentícia, ou seja, a sua vida está inteiramente colocada neste sistema.

sistema, e após o seu uso, fica registrado no sistema o seu acesso, e cada membro da força policial tem que justificar o porquê da consulta e as medidas adotadas, ou seja, o sistema é infalível no controle, também de quem é controlador, obviamente, não se aplica a elite dominante no Brasil, que é a classe econômica superior.

Atualmente estão se utilizando também do trânsito para controlar a sociedade, através do sistema SINIVEM⁴¹, quando você entra na cidade de Foz do Iguaçu, PR, via rodoviária, você obrigatoriamente está sendo monitorado, no que tange a seu veículo e também aos ocupantes, haja vista, que a câmera filma e fotografa inclusive os ocupantes dos veículos.

O romance 1984, escrito por George Orwell já existe no Brasil há algum tempo, e infelizmente os aparelhos de controle sociais os utilizam para vigiar ininterruptamente a população brasileira.

Além disso, tanto no Brasil como em outros países criaram-se estruturas na máquina do Estado que perpetuaram os atos do governo, sob a alegação de que qualquer rebeldia popular seria a quebra da ordem pública e com o consequente emprego indiscriminado de corpos militares contra a população, também é visto, que o discurso dominante disseminado pela fileiras de homens que se tornam Policiais, que eram e são cooptados no meio da população, é colocar o povo como se fosse o inimigo⁴² a ser impedido e barrado a qualquer tipo de protestos ou reclamações tendentes a alterar o “*status quo*” vigente, principalmente a população de baixa renda, os miseráveis, ou seja, os excluídos do sistema neoliberal.

Desde Roma, procurou-se sempre fazer a formação Policial Militar ou militarizada, deixando o controle das forças policiais muito mais acessível aos detentores do poder, e somente com uma estrutura interna militar ou militarizada é que o controle se torna absoluto, pois coloca os policiais como cidadãos de segunda classe, sem direito a sindicalização, a greve, e em alguns casos, nem o direito ao voto.

Na sociedade de controle, conceituada por Gilles Deleuze, aparece alguns pontos não abrangidos pela sociedade disciplinar Foucaultiana, pois entende a globalização levou o controle a tal ponto, que foi criado um “*monstro*” com câmeras de vigilância nas ruas, cartões de crédito,

⁴¹ SINIVEM: Sistema de banco de dados de veículos em todo o território nacional de entrada e saída de veículos em determinadas regiões, através da utilização de câmeras em Rodovias Federais e Estaduais, e em seguida, será interligado com as câmeras municipais, que estão na maioria dos municípios brasileiros.

⁴² Esta concepção de inimigo como população faz parte de uma famigerada herança do regime ditatorial com a Doutrina de Segurança Nacional, perpetrada pela Escola Superior de Guerra.

GPS (Global Position System) e outros aparelhos que identificam o indivíduo a todo momento em qualquer lugar do planeta, transformando o indivíduo em coletivo controlado 24 horas por dia.

Citando, Rogério da Costa, filósofo e Professor da Pós-Graduação em Comunicação e Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, em seu artigo na internet, Sociedade de Controle⁴³, *in verbis*:

O tracking generalizado nos chama a atenção. Há uma espécie de vigilância disseminada no social, já que todos podem, de certa forma, seguir os passos de todos. O controle exercido é generalizado, multilateral. As empresas controlam seus clientes; as ONGs controlam as empresas e os governos; os governos controlam os cidadãos; e os cidadãos controlam a si mesmos, já que precisam estar atentos ao que fazem.

Denota-se que estamos a um passo do controle total do indivíduo, seja pelo Governo, seja pela iniciativa privada, ou mesmo por quem quer detenha os meios tecnológicos e acesso as informações e dados de uma pessoa em qualquer lugar do planeta e tal desiderato somente dar-se-á com sucesso, se os aparelhos de controle sociais, no caso as Polícias, serem cooptadas neste processo e agirem de acordo com os interesses das elites.

Na mesma linha de raciocínio, o filósofo Gilles Deleuze, afirma que:

“diante das próximas formas de controle incessante em meio aberto, é possível que os mais rígidos sistemas de clausura nos pareçam pertencer a um passado delicioso e agradável”.

Demonstrando que a sociedade disciplinar de Foucault, junto à família, ao presídio, as escolas, já não será mais a maneira de exercer o efetivo controle absoluto do Estado junto ao indivíduo, mas a tecnologia o está substituindo para uma sociedade totalitária que o filósofo denominou sociedade de controle, e que hoje está totalmente sob o controle das Polícias no Brasil, como o processo de interceptação telefônica, o controle das vias de acesso, o sistema

⁴³ Disponível na internet: www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22238.pdf

INFOSEG, e até as câmeras nas cidades, que estão por todas as partes da grande maioria dos municípios vigiando a população, também estão sob o controle dos aparelhos de controle sociais.

Dando outro sentido a sociedade de controle, a Mestre em História, Eneida Desiree Salgado, afirma⁴⁴:

A sociedade atual é uma sociedade de controle, onde nada escapa à observação e à normalização. Às técnicas de poder se espalham pelas relações sociais e nada do que o indivíduo faz escapa de uma documentação (por vezes virtual) que é partilhada entre diversas instituições.

Também se alinhando ao conceito de sociedade de controle, em razão as câmeras de vigilância nas comunidades e pelo aceitação passiva da população, Luiz Geremias define⁴⁵:

O que ocorre é que há cada vez mais a incorporação da lógica do controle e da vigilância na sociedade ocidental contemporânea. Cada cidadão tem sentido que deve aceitar, até mesmo pedir, que haja essa vigilância e controle, pois do outro lado há o perigo constante. Sem vigilância, haverá riscos diversos, e mesmo o caos. Há nitidamente a fantasia de que enquanto se estiver vigiando, nada ocorrerá, ou, pelo menos, ocorrerá algo perigoso com menos frequência. Não se tem qualquer noção de que a própria vigilância permanente já é, em si, o grande perigo. Muito menos de que o que se pretende evitar com essa forma de proceder não são os riscos que a realidade apresenta, mas aquilo que um dia se idealizou como “liberdade” ou aquilo que alguns chamam de “singularidade”. Em nome de uma suposta segurança, o que se está fazendo é tornando a realidade cada vez mais pobre e previsível. O que se pretende é constituir autômatos que se movem guiados pelo medo - o que leva à mentalidade obsessiva da vigilância perene. Anna Freud conceituou, um dia, a adoção de comportamentos semelhantes aos da autoridade como “identificação com o agressor”. Trata-se de um mecanismo de defesa do ego que pretende, magicamente, evitar dissabores de ataques

⁴⁴ Disponível na internet:

www.historiadodireito.com.br/mostra_textos.php?opcao=mostra_texto&id_textos7

⁴⁵ Disponível na internet: www.macavenco.blogspot.com/2009/05/introdução-ao-conceito-de-sociedade.html.

simplesmente pela identificação com o autor desses ataques. Magicamente, porque não se consegue nada além de legitimar a autoridade de quem agride. É desse modo, com base nessa identificação com o agressor, que a maior parte das pessoas tem vivido: martirizadas, passam a algozes rapidamente, com sadismo redobrado. Não apenas aceitam ser vigiadas, promovem e difundem a mentalidade da vigilância. Promovem, desse modo, a perenização do seu martírio.

E em razão das Polícias Militares e Civis serem as principais responsáveis por todo o controle social introduzido dentro da sociedade brasileira, demonstra-se de forma clara que o poder constituído tem que manipular e transformar estes órgãos em aparelhos de controle sociais formais e institucionalizados, e que o fazem diuturnamente contra a população brasileira, no caso, a população de baixa renda, dando um cunho eminentemente econômico e de perpetuação do *status quo*.

7. Conclusão:

Diante de todo o texto apresentado, com base nas premissas de conhecimento dos filósofos Michel Foucault e Gilles Deleuze, o primeiro sobre a sociedade disciplinar, biopolítica e biopeder, e o segundo, na esteira das conclusões de Foucault traz a lume a sociedade de controle em seu texto *post scriptum*, bem colocado por ele, bem como, também pelos adeptos da Criminologia Crítica.

Que apesar de entenderem que a criminalização secundária realizadas pelos aparelhos de controle sociais, no caso em voga, das Polícias do Brasil, e principalmente das Polícias Estaduais (Militar e Civil), órgãos que praticam o controle social formal e institucionalizado de forma direta na sociedade, visualizam e demonstram de forma premente que ela existe para o controle total da população economicamente inferior e que indiretamente é exercida por um classe dominante, por uma elite econômica e política, e também, por que não, transnacional, através do poder econômico das empresas transnacionais, devido a globalização e o neoliberalismo.

E não interessando a questão política do governo, seja ele de esquerda ou de direita, pois apesar do discurso dos vínculos opostos, as ações tanto de um como de outro são iguais ou semelhantes, ocorrendo o controle de todas as formas possíveis e inimagináveis, nas classes sociais de baixa renda, a fim de que aja uma perpetuação do poder, da elite econômica e política.

Também está claramente demonstrado, que no decorrer dos séculos, a Polícia serviu sempre como instrumento de controle social, desde à época da colônia com a incipiente organização como controle dos escravos fugitivos, bem como, no início do Brasil com Reino dos escravos libertos até o controle das favelas e da população de baixa renda, demonstrando o nítido caráter sócio-econômico, entre controlados e controladores.

Entretanto, após o fim deste artigo, percebe-se que o controle social tomou uma dimensão muito maior do que se imaginava, não escapando nem as classes sociais mais abastadas que, em tese, estariam no grupo dos controladores, pois ninguém mais na sociedade está livre do controle total e absoluto, câmeras de vigilância, emails, controle fiscal e bancária, nada escapa ao grande "Big Brother" e os aparelhos de controle sociais, e as Polícias, são os principais responsáveis não só pela rotulação e estigmatização de quem são os criminosos, em uma alusão ao Criminólogo brasileiro, Augusto Thompson, mas principalmente, pelo controle diuturno de cada cidadão deste país, transformando o Brasil em um grande *reality show*.

8. Referências Bibliográficas:

ALVES, Armando Carlos. Forças de Segurança e Corpos Militares de Polícia. **Revista Unidade**, Porto Alegre, n. 28, p.05-09, [1999]

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Ilusão da Segurança Jurídica**: de controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 336 p.

_____. A construção social dos conflitos agrários como criminalidade. In: **Introdução Crítica ao Estudo do sistema penal**: elementos para compreensão da atividade repressiva do Estado. Florianópolis: Diploma Legal, 1999. p.23-52

ASKOUL, Marco Antônio. **A Polícia e sua função constitucional**. São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.

BOCKLET, Richard. Gendarmeria Belga. Falta título do artigo. **Revista A Força Policial**, São Paulo, n.2, abr./jun. 1994.

BORGES FILHO, Nilson . **Os Militares no poder**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1994.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CAMARGO, Carlos Alberto de. Estética Militar e Instituições Policiais. **Revista A Força Policial**, São Paulo, n.15, jul./set.1997.

COSTA, Rogério. **Sociedade de controle**. São Paulo em perspectiva, 18 (1): 161-167: 2004. Disponível em <http://www.scielo.br>

CRETELLA JÚNIOR, José (Org.). **Direito administrativo da ordem pública**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GABALDÓN, Luis Geraldo. Determinantes de la intervención policial proactiva: un análisis en el medio norteamericano. **Revista Cenipec**, n.15, p.39-62, 1993-1994.

GIULIAN, Jorge da Silva. **A Unificação Policial no Brasil: uma visão dos limites e possibilidades**. Leme: Albuquerque, 2002.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HUGGINS, Martha K **Polícia e Política**: Relações Estados Unidos/América Latinas. São Paulo: Cortez, 1998.

LE CLÈRE, Marcel. **Historie de La Policie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

LUDWIG, Roberto et al. **A dicotomia da função policial** – a Brigada Militar face ao policiamento preventivo e judiciário do Rio Grande do Sul, 1985. 102 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Rio Grande do Sul) - Academia da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi, MACHADO, Carlos Castro. A nova polícia. **Revista A Força Policial**, São Paulo, p.47-55, abr./jun. 1996.

QUICIOS, José Duque. A guarda civil espanhola traduzido por Cel PM RR Alaor Silva Brandão. **Revista A Força Policial**, São Paulo, n.20.p.61-68, out./dez.1998.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Legislação federal atinente as Policias Militares**. Florianópolis: Ed.Comando Geral, 1989.

RAYMOND, E.Clift. **Como razona la policia moderna**. México, DF: EditoRial Letras, 1964. p.30.

ROCHA, Luiz Carlos. **Organização Policial Brasileira**. Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Policia Ferroviária Federal, policiais civis, policias militares e guardas municipais. São Paulo: Saraiva, 1991.

SALGADO, Eneida Desiree. **Sob os olhos do grande irmão: a luta pela democracia na sociedade de controle**. Disponível em <http://www.historiadodireito.com.br>

SOUZA, Luiz Antônio Francisco. Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia inglesa. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, n.22, p.265-294, 1998.

TERRA, Nelson Freire. A Segurança Pública e o Direito Constitucional Brasileiro. **Revista A Força Policial**, São Paulo, out./dez.1994.

ZAFFARONI, Raúl Eugênio. Globalização e sistema penal na América Latina: da Segurança Nacional à Urbana. **Revista Discursos sediciosos do crime, Direito e Sociedade**, v. 3 , p.25-36, 2º semestre de 1997.